

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quebra de decisão tributária não cria insegurança, diz STF 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU defende que Congresso decida sobre acordo para voto no Carf 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita autoriza conselheiros do Carf a exercer "mandato de julgador" 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Informe de rendimentos para IR deve ser entregue até o dia 28 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo consignado do INSS: Ministro diz que propará em março juro menor 9

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara deve dar prioridade ao PL das Fake News (Editorial) 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Centrão negocia criação de base paralela de apoio ao governo Lula no Congresso 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não há risco político no Brasil" 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

União Brasil reforça "independência" e negocia aliança com partido de Lira 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC apoia reforma tributária, mas aponta possível aumento de até 188% nos impostos sobre serviços - COMÉRCIO EM PAUTA 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

País terá reforma "possível", não a "ideal" 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reestruturação de dívidas pode superar R\$ 260 bilhões 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil se prepara para presidir o G20 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsa cai 1,85% na volta do feriado sob temor com os juros nos EUA 27

Quinta-Feira, 23 de Fevereiro de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado prevê inflação maior neste ano e em 2024.....29

Quebra de decisão tributária não cria insegurança, diz STF

José Marques e Victoria Azevedo

Apesar das críticas de advogados e de empresários sobre o julgamento que quebrou decisões definitivas em temas tributários, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) tem sustentado que o entendimento da corte não criou insegurança jurídica e assegurou isonomia entre contribuintes.

Em público e nos bastidores, integrantes da corte têm apontado que não houve surpresa no entendimento firmado pelo Supremo no dia 8.

Na ocasião, os ministros definiram que decisões definitivas (transitadas em julgado) em temas tributários perdem efeito a partir do momento em que há julgamento diferente pelo STF.

Na prática, isso significa que um contribuinte que tenha obtido uma decisão tributária favorável no passado, numa causa que posteriormente tenha decisão diferente pelo Supremo, pode ser acionado pela **Receita Federal** sem necessidade de uma ação rescisória.

O entendimento foi unânime entre os 11 ministros e houve divergências apenas a respeito de quando a cobrança dos **tributos** que não foram recolhidos deveria passar a ser feita: se a partir da decisão deste mês -o que criaria um "marco temporal"- ou a partir de julgamentos passados, nas ocasiões em que o STF aplicou novo entendimento a respeito de um determinado tributo.

Prevaleceu o último entendimento, em votação apertada, por 6 a 5. A corrente majoritária foi composta pelos ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Rosa Weber.

Entre as empresas afetadas com o julgamento, estão as que conseguem desde a década de 1990 decisões para deixar de recolher a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). Em 2007, o Supremo decidiu que esse tributo era constitucional, ao julgar uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade).

Os ministros do STF têm apontado que as empresas que tinham decisões definitivas teriam de iniciar o recolhimento da CSLL a partir da decisão de 2007,

que reconheceu a validade do tributo -e que empresários que atuaram de forma responsável, na visão deles, assim o fizeram.

A Braskem, uma das empresas que tinham obtido vantagem em não recolher a CSLL, por exemplo, recorria ao STF para manter essa situação. Porém, após a decisão de 2007, preveniu-se e não deixou de recolher o tributo, mesmo com a possibilidade de ganhar a causa na Justiça.

"Desde 2007, ano em que o STF restabeleceu a possibilidade de cobrança dessa contribuição, vem recolhendo regularmente a "CSLL) não possuindo valores em aberto a recolher. Portanto, a referida decisão não implica nenhum impacto para a Companhia", disse a Braskem em nota após o julgamento.

Uma parte do Supremo aponta que as decisões transitadas em julgado que permitiram que contribuintes não recolhessem **tributos** durante anos criaram uma "casta privilegiada" e que a decisão do dia 8 corrige essa distorção.

Também apontam que o entendimento do STF deve ser seguido pelo fisco quando um determinado tributo é invalidado pela corte. Ou seja, vale para os dois lados.

Após o julgamento do dia 8 e das críticas dos advogados e empresários, o ministro Luís Roberto Barroso decidiu ir a público para afirmar que não houve insegurança jurídica criada pela decisão do STF. Ele foi o relator de uma das ações que levaram o Supremo a firmar uma tese sobre o tema.

"A insegurança jurídica foi criada pela decisão de, mesmo depois da orientação do Supremo de que o tributo era devido, continuar a não pagá-lo ou a não provisionar ", afirmou Barroso. "A partir do momento em que o Supremo diz que o tributo é devido, quem não pagou ou provisionou fez uma aposta", disse o ministro.

Barroso destacou a importância de que um determinado tributo incida sobre todos os atores do mercado, porque, se não fosse assim, quem tivesse obtido uma coisa julgada antiga teria uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

No Congresso Nacional, parte dos deputados que criticaram a decisão do Supremo apresentou propostas com intenção de reverter ou amenizar os efeitos do que foi decidido pela corte.

O assunto, aliás, foi abordado pelo próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no dia 15.

Lira defendeu que questões como essas deveriam ter maioria absoluta no Supremo e afirmou que já tem em seu radar "umas duas PECs [propostas de emenda à Constituição] e uns seis projetos de lei" para discutir a decisão.

"Essas questões, quando mexem numa amplitude do aspecto do investidor, das empresas, da vida financeira do país, por 6 a 5 fragilizam a decisão. No meu ponto de vista deveriam, por obrigação, ter um quórum mínimo de três quintos, uma maioria super absoluta do Supremo Tribunal Federal com uma tese pacificada a respeito de um assunto tão delicado", afirmou Lira.

O primeiro parlamentar a tratar do tema foi o deputado federal Pedro Paulo (PSD--RJ). Ele apresentou um projeto de lei e um projeto de lei complementar.

O primeiro, nas palavras do parlamentar, é para "reestabelecer a coisa julgada". O texto propõe uma modulação ao criar um marco temporal que delimita período sobre o qual a decisão terá efeito.

O parlamentar justifica o projeto de lei sob o argumento de que a decisão da corte é "cenário nefasto para a segurança jurídica" e cita que é preciso "resguardar a confiança e previsibilidade".

"Não é conveniente instaurar a maior surpresa fiscal da década aos contribuintes." "As consequências práticas da decisão, sem modulação de efeitos, deveriam ter sido consideradas pelos eminentes ministros, haja vista que se deve sempre primar pela estabilidade, pela confiabilidade e pela previsibilidade das ações do poder público, sendo esta revelação máxima do princípio do Estado de Direito", diz o texto.

Já no projeto de lei complementar, que o parlamentar afirma ser uma espécie de "plano B" caso não seja possível reverter a decisão do STF -embora seja uma proposta mais possível de ser aprovada-, Pedro Paulo propõe o parcelamento dos valores.

Nesse caso, o devedor que aderir à transação terá até 84 meses para quitar o saldo com desconto de 100% em juros e multas, preservada a correção monetária.

Caso o contribuinte elimine o passivo em 12 meses,

além dos juros e multas, ele também ficará livre da correção monetária.

Os três deputados federais da bancada do Novo, por sua vez, apresentaram dois projetos de lei. Um deles também trata da possibilidade de parcelar a dívida do contribuinte que for afetado pela decisão da corte.

Outro projeto de lei tem por objetivo fazer com que a **Receita Federal** precise acionar o contribuinte que já tenha uma decisão concluída por meio de uma ação rescisória. Dessa forma, o efeito da decisão do Supremo não será automático.

Ainda nessa frente, o deputado Fábio Garcia (União Brasil-MT) sugeriu uma PEC que, segundo ele, é para "garantir a segurança jurídica no país". São necessárias 171 assinaturas para a proposta tramitar na Câmara.

O texto propõe que mudanças de jurisprudência do Supremo e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) deverão ser aprovadas por dois terços de seus membros e que as decisões somente produzirão efeitos "a fatos ocorridos posteriormente ao seu proferimento".

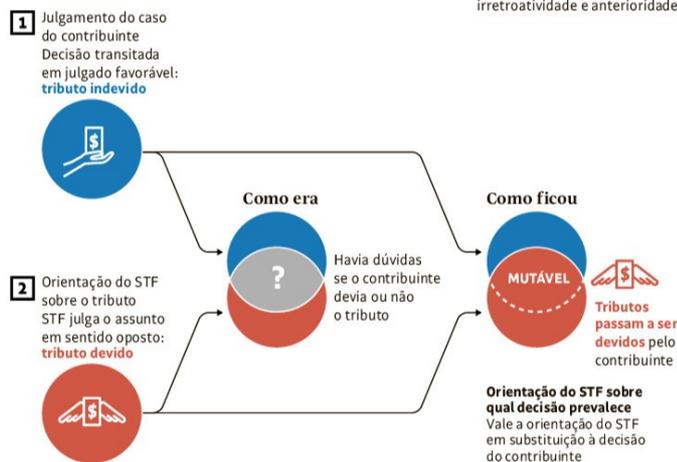
Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

O que foi decidido pelo STF

• A orientação do STF prevalece sobre decisões individuais transitadas em julgado quando os entendimentos forem opostos

• A decisão individual vale até a orientação do STF em sentido oposto; daí em diante vale a posição do STF

• Quando a orientação do STF for contrária ao contribuinte, a cobrança do tributo, como regra, não é imediata: serão observadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade



A decisão do STF pode afetar a empresa?

NÃO

• Caso do contribuinte ainda não transitou em julgado

• Caso do contribuinte transitou em julgado no mesmo sentido da orientação do STF sobre a exigência do tributo

• Julgamento posterior do STF em sentido contrário sem repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade

• Julgamento posterior do STJ em sentido contrário à coisa julgada do contribuinte

• Caso do contribuinte repercute sobre um específico fato gerador, não influenciando fatos geradores futuros

• Caso do contribuinte se aplica a mais de um fato gerador, mas todos esses fatos geradores anteriores à decisão do STF que seja oposta à decisão individual

• Caso do contribuinte é semelhante, mas não idêntico ao julgado pelo STF

SIM

As 3 situações abaixo deve estar presentes cumulativamente:



Características gerais do julgamento

• A orientação é específica para casos em que o STF tenha decidido em sentido oposto a uma coisa julgada individual

• O julgamento, portanto, não abrange coisas julgadas opostas a decisões do STJ firmadas em recursos repetitivos

• O STF assegurou a aplicação da irretroatividade e anterioridade constitucionais, contadas a partir da publicação da ata do julgamento que considerar devido o tributo

A discussão sobre modulação dos efeitos

• Discussão aplicável quando o STF decidiu que o tributo seria devido **antes de fev.2023**

• Não interessa para casos em que o STF ainda não tenha decidido se o tributo é devido



Contribuintes mais afetados

A orientação tende a afetar contribuintes que **tenham decisão favorável transitada em julgado** tratando, por exemplo, dos **temas abaixo**

- Exigência da CSLL
- Exigência do IPI Complementar na revenda de produto importado
- Isenção de COFINS para sociedades civis e outras entidades específicas
- Creditamento de IPI na aquisição de insumos exonerados
- Exigência de ISS na atividade de franquia
- Tributação da folha de salários sobre o terço constitucional de férias

Fonte: Mattos Filho

AGU defende que Congresso decida sobre acordo para voto no Carf

MANOEL VENTURA

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu ontem que o Congresso deve decidir sobre mudanças no voto de Minerva do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal administrativo da **Receita Federal**. A manifestação foi enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a uma ação apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para questionar a alteração no mecanismo feita pelo governo.

Medida provisória (MP) editada em janeiro restabeleceu a vitória do Fisco em processos que terminem empatados (o **Carf** tem formação paritária entre representantes de contribuintes e Receita). O voto de qualidade vigorou até 2020, quando o Congresso estabeleceu a vitória dos contribuintes em caso de empate.

Na semana passada, a OAB apresentou na ação uma proposta de acordo sobre o tema, fechada após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O próprio ministro confirmou o acordo e disse que o entendimento dava uma "boa expectativa".

Na petição enviada ao STF, a AGU afirma que a proposta é "louvável", mas ressalta que o tema está sob análise do Congresso, "a quem compete a avaliação". Uma MP tem validade imediata, mas precisa ser confirmada pelo Legislativo em até 120 dias, e os parlamentares podem fazer alterações no texto. A AGU ressalta que algumas emendas têm teor semelhante à proposta da OAB.

Com o acordo, quando uma empresa ou pessoa física perder uma causa no **Carf** devido ao voto de qualidade, a multa e os juros serão cancelados, desde que o contribuinte pague o principal em até 90 dias.

Houve insatisfação no Congresso com o fato de o anúncio ter sido fechado entre a OAB e o governo federal sem a participação de parlamentares.

Em evento na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o acordo não será referência para o Congresso na votação.

Segundo Lira, uma MP no Congresso não iria "se fiar" em um acordo que aconteceu fora.

Mas ponderou que isso não significa que os termos não possam ser aproveitados.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Receita autoriza conselheiros do Carf a exercer "mandato de julgador"

Estevão Taiar De Brasília

O Ministério da Fazenda autorizou ontem, por meio de portaria, que os conselheiros titulares ou suplentes "com dedicação integral e exclusiva ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**" (**Carf**) exerçam "mandato de julgador" em unidade da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. A transferência dependerá da "existência de vaga" e ficará a critério do secretário especial da Receita. O conselheiro também poderá optar "pela remoção a pedido, a critério da administração, para a Coordenação-Geral de Tributação" (Cosit) da Receita. Em ambos os casos, a transferência poderá ser realizada 30 dias após o fim do mandato no **Carf**.

Para Maria Raphaela Dadona Matthiesen, sócia do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, as mudanças são "um reforço positivo à garantia de imparcialidade dos conselheiros representantes" do Fisco. Isso porque confere a esses conselheiros "uma boa opção de função a ser exercida após o mandato e, assim, contribui para evitar a captura desses conselheiros pelas representações".

"Mas é preciso assegurar que essa análise pela administração não seja de todo discricionária, e o conselheiro representante do Fisco tenha efetivamente a possibilidade de integrar a Cosit", diz.

A portaria também estabeleceu que o réu de ação nas unidades de Delegacia de Julgamento da Receita poderá "apresentar sustentação oral gravada e encaminhada digitalmente".

Na avaliação da advogada, a medida é "muito relevante para o pleno exercício do direito de ampla defesa e contraditório". Mas ela afirma que seria importante "abranger também a possibilidade de distribuição de memoriais e realização de audiências com os julgadores, de forma regulamentada" e de maneira presencial ou digital.

"Na legislação atual, o contribuinte não tem nenhum procedimento previsto para realizar esses atos", diz.

A portaria ainda estabeleceu que os processos serão "distribuídos eletronicamente" às turmas e aos julgadores. Além disso, serão "organizados em lotes, formados preferencialmente por processos coesos,

semelhantes, conexos, decorrentes ou reflexos, de mesma matéria ou concentração temática, observadas a competência e a tramitação".

Na avaliação da sócia do Mannrich e Vasconcelos, a distribuição eletrônica é "positiva para a garantia de imparcialidade e para evitar, de forma institucional, a interferência no direcionamento dos processos". Já a formação de lotes "poderá trazer mais eficiência e coesão", por meio da "possibilidade de julgamento em sistemática repetitiva".

A advogada faz alertas, no entanto, ligados à redução do número "de julgadores na composição das turmas especiais e ordinárias" estabelecida pela portaria. O número de integrantes, que era de cinco a sete, agora poderá ser de três a sete.

Segundo ela, a redução "não veio acompanhada de uma análise justificada que demonstre a conveniência da medida para o aprimoramento dos julgamentos em primeira instância".

"Sem essa exposição, a medida parece buscar apenas tomar mais ágeis os julgamentos, mas sem a demonstração de que não haveria prejuízo à sua qualidade técnica", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187474?page=12§ion=1>

Informe de rendimentos para IR deve ser entregue até o dia 28

Termina na terça (28), último dia útil do mês, o prazo para as empresas enviarem aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2022 para a declaração do Imposto de Renda.

O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras dos seus clientes.

Neste ano, o período de entrega das declarações do IR da pessoa física vai de 15 de março a 31 de maio.

Os informes são necessários para preencher a declaração. A Receita utiliza as informações para cruzar os dados e determinar quanto cada contribuinte pagou de imposto ao longo do ano passado e saber se houve sonegação ou não.

Os documentos não precisam, necessariamente, ser enviados pelos Correios -podem ser disponibilizados pela internet e em aplicativos de internet banking. O empregador ou o banco que não fornecerem os comprovantes dentro do prazo ou disponibilizarem com erros estarão sujeitos a pagamento de multa.

No informe do empregador, devem constar os valores de todos os salários de 2022, além do 13º salário, e outros rendimentos recebidos eventualmente, como participação nos lucros.

Aposentados e pensionistas do **INSS** podem obter seus comprovantes de rendimentos pela internet no site ou app do Meu **INSS**.

Deve declarar o IR quem, em 2022...

...recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, o que inclui salário, aposentadoria e pensão, por exemplo

...recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$ 40 mil

...teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

...teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias ...realizou operações na Bolsas de Valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas

...tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil

...obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 142.798,50

...quiser compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou anos anteriores

...passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Empréstimo consignado do INSS: Ministro diz que proporrá em março juro menor

Do UOL, em Brasília

O ministro Carlos Lupi (Previdência) disse em entrevista exclusiva ao UOL que vai propor em março redução do limite de juros no empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** .

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/23/ministro-da-previdencia-negocia-mudanca-em-juros-para-consignado.htm>

Câmara deve dar prioridade ao PL das Fake News (Editorial)

O 8 de Janeiro criou no Congresso Nacional um ambiente favorável à aprovação de leis para combater a desinformação.

A corrida eleitoral contaminada pela manipulação digital e os atentados contra a democracia revelaram o tamanho do erro cometido pela Câmara no ano passado ao deixar em segundo plano o Projeto de Lei 2.630, conhecido como PL das Fake News.

Aprovado no Senado em 2020, ele sofreu modificações na Câmara e chegou a um formato satisfatório. Obriga as plataformas digitais a manter regras transparentes de moderação, com critérios objetivos e direito de defesa para a retirada de conteúdos do ar, além da publicação de relatórios periódicos.

Prevê medidas contra robôs e comportamento tido como "inautêntico".

Determina regras razoáveis para contas de funcionários públicos e autoridades, além de estabelecer que as plataformas remunerem as empresas jornalísticas pelo uso de conteúdo. Se já tivessem sido implementadas, essas mudanças teriam contribuído para criar um ambiente de circulação mais saudável para a informação.

Além de deter a tramitação do projeto, as plataformas digitais contribuíram para desfigurá-lo. A versão aprovada no Senado previa rastreabilidade de conteúdos virais em aplicativos de mensagens para chegar aos responsáveis pela desinformação. O dispositivo sumiu da última versão do texto discutido na Câmara e, no lugar dele, entrou um outro artigo eximindo as redes sociais de moderar conteúdo de políticos eleitos (os maiores propagadores de desinformação). Nem essas concessões bastaram para levar o projeto adiante -e ele estacionou.

No mês passado, o lançamento de um recurso que permite enviar mensagens a até 5 mil usuários do WhatsApp deu novos contornos à discussão sobre o PL das Fake News. Como disse o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), quando o aplicativo deixa de ser ferramenta de troca de mensagens pessoais para tornar-se um meio de comunicação em massa, é preciso haver regras para punir a disseminação de conteúdos ilegais.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, está empenhado em obrigar as plataformas a impedir a circulação de conteúdos que pregam a violação do Estado Democrático de Direito.

Não deve haver obstáculo aos aperfeiçoamentos no texto do PL das Fake News, a começar pela necessidade de restabelecer a possibilidade de rastreamento dos conteúdos virais.

Também não há motivo para manter o trecho que protege os parlamentares.

Eles já desfrutam imunidade definida em lei para suas ideias e discursos e não podem transformar seus gabinetes em fábricas de teorias conspiratórias.

Por fim, parece evidente que mensagens estimulando e fomentando o golpismo não devem ser toleradas.

A União Europeia dispõe da legislação mais moderna e arrojada sobre o assunto, que deveria servir de inspiração ao Brasil.

Mas as eventuais mudanças não podem, mais uma vez, servir de empecilho à aprovação do PL. Os parlamentares precisam ter senso de urgência e tomar as medidas necessárias para proteger a democracia brasileira.

As plataformas digitais deram repetidas provas de ser incapazes de se autorregular. O resultado até agora tem sido apenas a autocomplacência, de consequências trágicas como o 8 de Janeiro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Centrão negocia criação de base paralela de apoio ao governo Lula no Congresso

Ranier Brago, João Gabriel

BRASÍLIA

A montagem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de uma base de apoio no Congresso envolve a negociação com grupo de parlamentares de partidos que não são formalmente aliados, em especial do centrão -PL, PP e Republicanos, trinca que deu sustentação política a Jair Bolsonaro (PL).

Articuladores do governo, dirigentes e integrantes dessas legendas -além de outras menores, como o Podemos- falam de uma potencial bancada paralela pró-Lula em torno de 70 deputados e 10 senadores, o que seria decisivo para votações importantes no Congresso.

O ensaio de adesões ao governo é simbolizado pelo próprio partido de Bolsonaro, o PL, que é o maior da Câmara (99 dos 513 deputados) e o segundo no Senado (12 de 81).

Apesar de abrigar alguns dos principais expoentes do bolsonarismo, a sigla deve ter dissidências significativas pró-governo nas duas Casas.

O presidente nacional da legenda, Valdemar Costa Neto, tem afirmado em conversas com parlamentares que calcula de 20 a 30 deputados do partido com inclinação a se aliar ao governo, em especial os mais antigos na legenda, que não ingressaram na política por meio do bolsonarismo.

Valdemar tem feito uma brincadeira nessas conversas, a de que o PL é, como o próprio nome diz, um partido "liberal", o que é entendido como um sinal de que não haverá punições.

Ex-ministro dos Transportes de Dilma Rousseff, por exemplo, o deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP) foi eleito coordenador da bancada paulista na Câmara com apoio do PT, que viu na ocasião uma oportunidade para ampliar a divisão no partido entre o "centrão raiz" e o "bolsonarismo raiz".

Rodrigues repete um mantra dito aberta e reservadamente por quase todos os parlamentares que hoje não estão aliados formalmente ao governo, mas que ensaiam adesão.

"Como brasileiro, torço pelo sucesso [do governo]. Não tem cabimento torcer contra o meu país. Acabou a eleição, temos que torcer pelo sucesso. Eu vou acompanhar as diretrizes partidárias, mas o que for bom para o Brasil, eu não vou votar contra."

Rodrigues, inclusive, diz que irá defender na reunião dos congressistas do PL com Valdemar, após o Carnaval, uma deliberação contrária a uma das principais bandeiras do bolsonarismo radical, o ataque ao STF (Supremo Tribunal Federal).

"Eu não sou oposição radical não, e sou contra qualquer atitude contra o Judiciário. Decisão judicial se respeita. Vou propor na pauta [da reunião] uma decisão para respeitar o Judiciário."

Outro membro mais antigo do PL, Tiririca (SP) diz ser muito cedo para avaliar o governo Lula, mas afirma que é defensor "da democracia e da vontade do povo brasileiro". Toda a proposta que for de interesse da população e para o bem do Brasil terá o seu apoio, diz.

No Senado, Romário (PL-RJ) já é tratado por petistas e até por seus correligionários como voto praticamente certo a favor das pautas do governo. Há a expectativa, inclusive, de que ele deixe sua legenda em breve -o senador não quis se pronunciar sobre o assunto.

Ex-vice-líder do governo Bolsonaro, o senador Carlos Viana (MG) trocou o PL pelo Podemos, mas afirma estar dentro da ala de oposição a Lula. Isso não impedirá que ele vote e defenda pautas do atual governo, diz.

"Eu fui vice-líder [do governo Bolsonaro] porque diversas propostas da economia [do Paulo Guedes] eram iguais às minhas, uma política liberal, as privatizações. Mas determinados pontos do bolsonarismo, como a questão das vacinas, eu nunca compartilhei. Meu público sabe que eu defendo o interesse público independente de governo", afirma.

"A base bolsonarista mais radical não tem jeito, ela quer oposição por oposição, e isso eu não vou fazer. Precisamos de uma oposição inteligente que defenda o futuro do país", acrescenta.

Reservadamente, senadores afirmam que, a depender da pauta, até 25 dos 32 nomes que atualmente compõe o grupo de oposição a Lula podem votar junto com o governo, e o exemplo mais citado é o da **reforma tributária**.

O texto, uma das principais bandeiras econômicas do PT e que vem sendo articulado por Fernando Haddad (Fazenda) e sua equipe junto com o comando do Congresso, pode ser votado ainda no primeiro semestre.

Já a nova âncora fiscal, outra promessa lulista para a área, ou mudanças na lei das estatais trazem mais divergências.

"A **reforma tributária**, ainda que tenhamos uma divergência pontual, em essência é uma pauta de convergência, assim como o novo Bolsa Família", diz Alessandro Vieira (PSDB-SE), que se declara como independente.

"Há um grupo de 20 ou um pouco mais de parlamentares que são definidores, conduzem a aprovação ou não de temas, sobretudo PECs. Foi assim no governo anterior, que tinha um manejo político mais primário. Esse governo é mais hábil nesse sentido", completou.

Lula foi eleito em meio à tentativa de formação de uma ampla união política com o intuito de isolar o bolsonarismo.

Seus problemas no Congresso, entretanto, começam pelo fato de a esquerda ter eleito apenas cerca de 25% das cadeiras da Câmara e do Senado.

Com isso, Lula distribuiu em um primeiro momento nove ministérios para PSD, MDB e União Brasil, partidos de centro e de direita que elevaram a base formal de Lula -se contada a adesão da União Brasil, ainda uma incógnita- para 282 das 513 cadeiras da Câmara e 52 das 81 do Senado.

Isso não é suficiente para um voo de cruzeiro no Congresso porque, contadas as dissidências nos três partidos de centro e de direita, esses números ainda ficarão longe do necessária para aprovação de emendas à Constituição (que exigem apoio mínimo de 60% dos parlamentares: 308 na Câmara e 49 no Senado).

A União Brasil, por exemplo, até hoje vive um clima de conflagração entre lulistas e antilulistas.

Por isso, o PT e o governo buscam o centrão, que reúne cerca de um terço das cadeiras da Câmara e um pouco menos no Senado, no varejo com a

expectativa de mais adiante também ter o apoio formal dessas legendas.

Como sempre ocorre nesses casos, os principais mecanismos de negociação são cargos de relevância na máquina federal e verbas do orçamento para os redutos eleitorais dos deputados, além de outros pleitos.

O PP de Arthur Lira (AL), presidente da Câmara, está dividido (a sigla tem 49 cadeiras na Câmara e 6 senadores) e aguarda sinais mais claros do Palácio do Planalto.

Lira, que foi reeleito para o comando da Câmara, será um fato crucial nessa equação. De grande sustentáculo da administração Bolsonaro, o parlamentar migrou rapidamente após a eleição para a órbita petista. Ele tem dado suporte ao governo nesse início de legislatura e recebido sinais de retribuição.

Entre eles, o apoio do PT e do governo à sua reeleição e a liberação de parte da verba de ministérios para que ele direcione a emendas de deputados novatos que ajudaram a reeleger-lo.

Um dos exemplos do poder de fogo do presidente da Câmara ocorreu na votação ainda na transição da emenda à Constituição que deu fôlego orçamentário ao novo governo. Lira comandou a aprovação da proposta e assegurou o apoio de quase 70% da bancada do PP.

O Republicanos (42 cadeiras) também reúne pouco mais de 10 deputados que tendem a votar com o governo e pressionam por uma adesão, em especial os do Nordeste.

No Podemos (17 deputados após a incorporação do PSC, além de 7 senadores), além do caso de Carlos Viana no Senado, há uma inclinação governista em parte dos deputados.

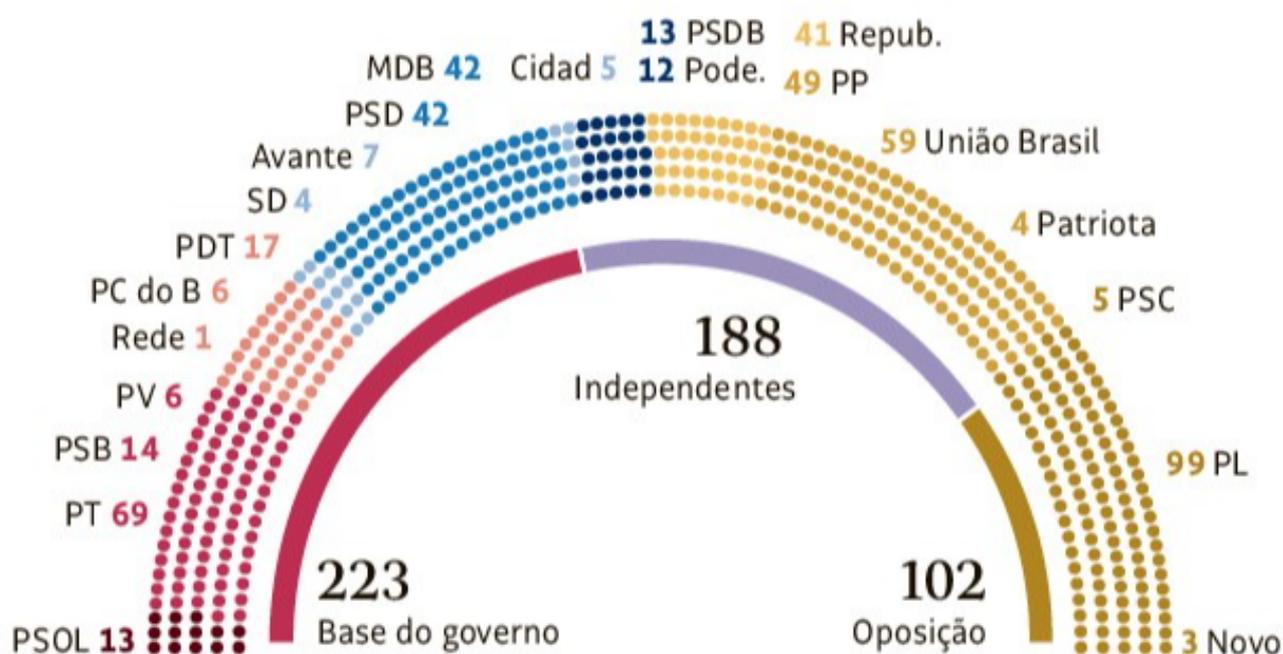
O líder da bancada na Câmara, Fábio Macedo (MA), tem ido a reuniões da base com Lula. Outro deputado, Igor Timo (Podemos-MG), foi indicado formalmente como um dos vice-líderes do governo.

Os primeiros testes reais da bancada de Lula no Congresso devem ocorrer após o Carnaval.

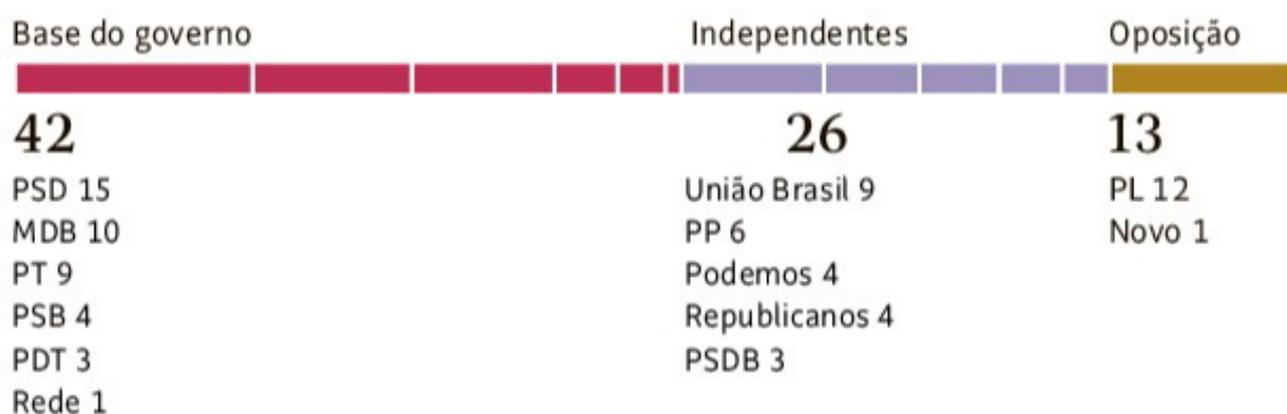
Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50196&maxTouch=0&anchor=6473209&pd=888b9a2fe083198a7435e52b83222d6c>

Base de Lula na Câmara



No Senado



Entenda as cores dos partidos



As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**

"Não há risco político no Brasil"

Roque de Sá/Agência Senado



Vicente Nunes Correspondente

Madri - Há uma grande preocupação do capital estrangeiro com os riscos políticos na América Latina, em especial, com o Brasil, diante dos ataques terroristas aos Três Poderes, em 8 de janeiro, e com o Peru, em que o então presidente, Pedro Castillo, tentou um autogolpe e está preso. Num debate com empresários, acadêmicos e investidores, o embaixador brasileiro na Espanha, Orlando Leite Ribeiro, fez questão de rebater essa visão, apontada por uma pesquisa realizada pela IE University com 108 companhias espanholas. Segundo ele, o "Brasil é um país de oportunidade, não de riscos".

Na avaliação do diplomata, há uma postura equivocada dos donos do dinheiro, que olham para a América Latina como se fosse uma coisa só. "Temos, sim, riscos políticos no Peru, como estamos vendo, e em outros países, mas no Brasil, não", afirmou. Segundo ele, o que houve em 8 de janeiro, com a invasão do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF), foi amplamente superado. Veja os principais trechos da entrevista do embaixador ao Correio: Pesquisa realizada pela IE University com mais de uma centena de empresas espanholas mostrou preocupação com o risco político na América Latina. Como vê essa questão?

Um dos defeitos desse informe, que é muito bom, é que trata a América Latina como se fosse uma só. Nós temos, sim, riscos políticos no Peru, como estamos vendo, e em outros países da região, mas não no Brasil. O episódio de 8 de janeiro foi amplamente superado, os criminosos já foram identificados e estão sendo julgados. Então, não dá para falar em risco político no caso do Brasil. E isso não guarda relação com mudanças naturais na condução do país, que é algo inerente à democracia. O valor do investimento direto no país em 2022 aumentou 100%

em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 92 bilhões. Isso aconteceu no ano eleitoral. O importante para uma empresa que investe a longo prazo é o ambiente de negócios, que, no Brasil, vem melhorando ao longo dos anos. Nós tivemos a reforma da Previdência, a trabalhista e, agora, precisamos ter a **reforma tributária**, que o presidente Lula já disse que é prioritária. Isso é o que determina o desejo de uma empresa em investir.

Quando diz que o Brasil é um país de oportunidades para investimentos, o que vê?

Vejo o caso da Ibéria. É exemplo de uma empresa que precisa aproveitar melhor as oportunidades no Brasil. A Aena, que tem metade do capital exposto pelo governo espanhol, é, hoje, a maior operadora de aeroportos no Brasil. Se a Aena conseguisse conjugar esforços com a Ibéria, teríamos ligações aéreas muito mais lógicas, porque não faz muito sentido você sair de Madri para São Paulo, para depois ir para o Norte e o Nordeste brasileiros, quando se pode voar diretamente, poupando combustível e melhorando a sustentabilidade. Quando se tem esse tipo de ligação aérea, promove-se também o turismo, facilita-se o investimento nessas regiões.

Na sua avaliação, falta visão do Estado brasileiro e dos agentes privados?

Visão a gente tem. O problema é que não coordenamos os esforços. E vou dar um exemplo: na Fitur (Feira Internacional de Turismo), uma das maiores do mundo, a República Dominicana, que é metade de uma ilha, estava com um estande maravilhoso. México, também. Nós tínhamos sete estandes, um da Embratur, um de São Paulo, um do Rio de Janeiro, um do Ceará, um de Fortaleza, um da Bahia e um do município de Maricá (RJ). Poderíamos ter unido esforços e feito um único estande vendendo a imagem, a marca Brasil. Se a gente somar esforços, consegue ter uma apresentação melhor.

A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, atrás só dos Estados Unidos. Há potencial para aumentar isso? O que o governo pode fazer?

É preciso vir aqui e tratar de vender. Tenho, sempre que surge uma oportunidade, conversado com governadores de estado e com o governo central sobre a necessidade de eles mostrarem o Brasil, que é um país continental. No imaginário popular na Espanha, o Brasil se reduz a uma imagem que mistura

um pouco o Rio de Janeiro com São Paulo. Estivemos, agora, em pleno período de carnaval. Os espanhóis associam o carnaval ao que temos no Rio. Mas temos vários tipos de carnaval, o de Recife, o da Bahia e outros, com manifestações culturais distintas. Essas diferenças não são conhecidas aqui. Então, essa ponte precisa ser construída.

Há previsão de o presidente Lula visitar a Espanha?

Ainda não. Mas a Espanha ocupará a presidência temporária da União Europeia no segundo semestre deste ano. Então, tenho a expectativa de que uma visita ocorra.

Como está o acordo entre o Mercosul e a União Europeia?

As negociações foram concluídas em 2019, mas o acordo ainda não foi assinado. Isso dá oportunidade ao novo governo brasileiro de olhar o acordo com calma e decidir se deseja levar adiante a assinatura ou se quer propor alguma alteração ao texto. O presidente Lula já assinalou que atribui grande importância a um acordo. Resta saber se este é o acordo ou se teremos de fazer alguma modificação para ajustá-lo às políticas do governo brasileiro.

O senhor está confiante de que o acordo saia neste ano?

É possível que a gente tenha algo no segundo semestre. Como disse, a presidência da União Europeia será da Espanha, que quer muito (o acordo). E existe uma relação muito próxima entre o presidente Lula e o presidente Pedro Sánchez. Então, é possível que essa dinâmica entre os dois acabe contagiando as burocracias dos dois países e, no caso, dos dois blocos, e a gente possa ter um acordo.

"O episódio de 8 de janeiro foi amplamente superado, os criminosos já foram identificados e estão sendo julgados. Então, não dá para falar em risco político no caso do Brasil. Há oportunidades"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/23/all.pdf>

União Brasil reforça "independência" e negocia aliança com partido de Lira



DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO - 16/2/2023

Deputado Danilo Forte (CE); insatisfação da bancada e manifesto

PEDRO VENCESLAU

Nascido da fusão entre o DEM e o PSL, o União Brasil conquistou três ministérios no novo governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas resiste a integrar oficialmente a base aliada no Congresso.

Ao mesmo tempo que enfrenta fortes disputas internas, o partido negocia uma federação com o Avante e o PP, sigla do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL). Se a articulação for concretizada, a legenda ampliará significativamente sua influência no Legislativo, cuja "independência" projeta mais dificuldades para a governabilidade do Palácio do Planalto.

Na Câmara, o União Brasil é dono da terceira maior bancada, com 59 deputados. O partido negociava uma fusão com as outras siglas, mas uma dúvida jurídica freou as conversas. A interpretação é de que a legislação eleitoral só permite uma nova união após cinco anos do registro do partido - o União Brasil foi criado em fevereiro de 2022. Eventual federação com o PP e o Avante, contudo, poderá resultar numa representação com 115 deputados. Atualmente, o PL detém a maior bancada da Casa, com 99 parlamentares.

Além de contrariar interesses do PT, a participação do União Brasil no governo Lula desencadeou uma crise interna que ameaça interditar, na prática, o apoio da

bancada à agenda parlamentar do Executivo.

A indicação dos ministros gerou divergência em parte da cúpula da legenda. São da cota do partido os titulares das Comunicações, Juscelino Filho; do Turismo, Daniela Carneiro, mais conhecida como Daniela do Waguinho; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. Este último, apesar de não ser filiado ao União, foi indicado por um dos principais líderes da sigla, o senador Davi Alcolumbre (AP).

O cenário conflagrado no União Brasil já preocupa a articulação política de Lula no Congresso. O receio imediato é em relação à margem de apoio para a aprovação de pautas como a criação de nova âncora fiscal, a **reforma tributária** e a proposta de emenda à Constituição (PEC) de deputados do PT que reformula o artigo 142 da Constituição. O dispositivo trata do papel das Forças Armadas, mas a interpretação é distorcida por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para justificar uma intervenção militar no País.

Esses três temas são considerados pelo Planalto como a prova de fogo da governabilidade neste início de mandato. Na prática, as negociações entre a cúpula do União Brasil e o governo federal escancaram a divisão interna entre os grupos oriundos do DEM - um desdobramento do antigo PFL e com perfil mais ideológico à direita - e do PSL - agremiação com viés pragmático que se agigantou após acolher o clã Bolsonaro com "porteira fechada" nas eleições de 2018.

Um bloco de deputados influentes da legenda se rebelou contra o presidente do partido, Luciano Bivar, acusado de negociar cargos no governo sem o aval do conjunto de parlamentares.

"Não há sintonia entre o que foi negociado na cúpula e o sentimento da bancada. Não creio que o Lula possa contar com os votos do União Brasil na Câmara", disse ao Estadão o deputado Mendonça Filho (PE).

ACM NETO.

O DEM/PFL se manteve na oposição durante todos os governos petistas. Parlamentares e líderes do antigo partido reclamam que Bivar se uniu a Alcolumbre para negociar os cargos com Lula à revelia da bancada.

Eles pressionam o secretário-geral do União Brasil, ACM Neto, que está em viagem ao exterior, a retornar e assumir postura combativa contra o que chamam de "adesismo" da sigla.

Segundo o ex-senador José Agripino, vice-presidente do União Brasil, Bivar negociou com o Planalto sem aprovação de ACM Neto, que submergiu após ser derrotado na disputa ao governo baiano. "A maioria do União Brasil é centrista e não vai fazer parte de forma aderente ao governo. A participação nos três ministérios não determina que o partido esteja na base do Lula", disse Agripino.

Procurado, Bivar não se manifestou.

Em declaração ao jornal O Globo na semana passada, o dirigente pressionou o governo a ceder mais espaço para a legenda. "O PT é feito por pessoas inteligentes, que sabem que para fazer política é necessário ter espaço. Quanto mais espaços, mais apoios poderemos garantir", afirmou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reagiu cobrando "entre 80% e 90%" dos votos do União Brasil. A falta de entrega é o argumento do PT para reivindicar o espaço dado à legenda na Esplanada. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, pressiona o governo para desalojar o partido. Em entrevista à Folha de S.Paulo, ela defendeu um "freio de arrumação" na relação do governo com o União Brasil. Para Gleisi, apesar de contemplada com três pastas, a legenda "não está fazendo entregas".

A frase de Bivar foi questionada no próprio partido. "Essa declaração caracteriza um fisiologismo progressivo. É muito duro para nós, que amargamos 13 anos de oposição ao PT, ouvir essa tese", disse Mendonça Filho.

Na avaliação do deputado, o projeto corre risco diante do impasse. "No meio de uma guerra interna como essa, como vamos nos juntar em uma federação se nem digerimos ainda a fusão com o PSL?"

MANIFESTO.

A escalada da crise no União Brasil deve avançar na reunião da bancada prevista para os próximos dias, quando um manifesto articulado pelo deputado Danilo Forte (CE) será divulgado. O documento, antecipado pelo Estadão, defende a independência da sigla.

"Nós, deputados e senadores do União Brasil, não podemos nos relegar à placidez diante deste cenário. É preciso compromisso e serenidade para fazer política não pelo caminho da submissão, mas pelo

caminho da construção com as diversas correntes políticas deste país", diz o texto. "Cientes da responsabilidade e da sensibilidade do momento atual, reafirmamos que teremos uma postura de independência em relação ao atual Executivo federal. É necessário sermos respeitosos nas divergências, responsáveis na oposição e, sobretudo, críticos enquanto favoráveis ao governo", conclui o documento.

Segundo Danilo Forte, a insatisfação da bancada com o acordo entre Bivar e o governo é generalizada. "Espero que a bancada aprove o manifesto.

O presidente Bivar é muito monolítico, ele não pode tomar decisões só em função do seu projeto pessoal", disse.

Para lembrar

Ministros sob suspeita de irregularidades

Daniela Carneiro, ministra do Turismo

Tem sua prestação de contas relativa ao pleito de outubro - quando foi eleita deputada - sob análise preliminar do Ministério Público do Rio de Janeiro por suspeita de ter feito pagamentos a uma gráfica fantasma durante a campanha eleitoral.

Além disso, a ministra foi acusada de envolvimento com integrantes de milícias. Ela nega irregularidades

Juscelino Filho, ministro das Comunicações

Como revelou o Estadão, quando deputado, usou R\$ 5 milhões do orçamento secreto para asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, em Vitorino Freire (MA). Outra reportagem mostrou que o ministro apresentou dados falsos à Justiça Eleitoral para justificar gastos de R\$ 385 mil do fundo eleitoral. Ele diz que não houve irregularidades

Waldez Góes ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Ex-governador foi preso em 2010, suspeito de desviar recursos públicos da União e do Amapá. Em 2019, foi condenado a seis anos e nove meses de prisão pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por peculato. Ele afirma que nunca participou de desvios de recursos públicos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O PARTIDO EM NÚMEROS

União Brasil é fundamental para a governabilidade da gestão Lula

VEREADORES — **5.300** —

VICE-PREFEITOS — **581** —

PREFEITOS — **577** —

DEPUTADOS ESTADUAIS E DISTRITAIS — **100** —

DEPUTADOS FEDERAIS — **59** —

SENADORES — **9** —

GOVERNADORES — **4** —

FONTE: UNIÃO BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

CNC apoia reforma tributária, mas aponta possível aumento de até 188% nos impostos sobre serviços - COMÉRCIO EM PAUTA

Propostas em tramitação no Congresso Nacional para a **Reforma Tributária** sugerem alíquotas de **impostos** unificados que variam de 12% a 25% em substituição àquelas já em vigor. Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) sobre 30 segmentos do setor de serviços aponta que o aumento médio da carga tributária chegaria a 84% e, em alguns casos, ultrapassaria 188%, como no subsetor de seleção, agenciamento e locação de mão de obra.

O segundo que deve ter maior impacto é o de serviços para edifícios e atividades paisagísticas, responsável, por exemplo, pela terceirização de trabalhadores de limpeza, com um aumento de 172,8%. O serviço de segurança, vigilância e transporte de valores teria ampliação da carga tributária de 163%; já a compra, venda e aluguel de imóveis próprios teria aumento de 143%.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, enfatiza que a entidade vem participando, nos últimos anos, dos debates sobre a **Reforma Tributária**, e defende uma reforma equilibrada, justa e equânime, que não sobrecarregue os setores da atividade econômica, sobretudo os setores de serviços, responsáveis por mais de 37% da força de trabalho no Brasil e que gerou 55% dos empregos formais no País na retomada da economia depois da pandemia.

"A CNC prima pela harmonia entre os setores da atividade econômica.

Um segmento não pode ser desonerado em detrimento de outro.

Precisamos chegar a um consenso que traga melhorias para toda a sociedade brasileira", afirmou.

SESC MOVIMENTOU O VERÃO NO PAÍS COM DIVERSAS ATIVIDADES

O Sesc Verão 2023 animou a estação mais querida dos brasileiros. Além dos momentos de diversão e relaxamento nas mais de 400 piscinas que a instituição mantém em suas unidades, por todo o País, foi oferecida ao público uma extensa programação

esportiva e cultural.

Em São Paulo, mais de 1.300 atividades movimentaram as 40 unidades do estado, além de espaços públicos, com o tema "Pratique onde estiver!

Como quiser!". Algumas unidades receberam ambientações especiais, como a Vila Brincante no Sesc Pompeia, com praças e campinho; quadras de areia instaladas no Sesc Santo Amaro, Belenzinho e Sorocaba; e Arena Multiesportiva no Sesc Campinas, para atividades como skate e patinete, entre outras ações. No Rio de Janeiro, 20 cidades aproveitaram o Sesc Verão. Além de atividades nas unidades e nas arenas montadas em praias, parques e praças, o projeto também ocupou áreas em shopping centers e Vilas Olímpicas e ofereceu shows e espetáculos de circo, teatro e música. No Rio Grande do Sul, o Estação Verão retornou às praias do litoral gaúcho depois de dois anos de suspensão por conta da pandemia. Os veranistas puderam curtir aulas de dança, recreação, competições de beach soccer e beach tennis, entre outras atividades.

SENAC OFERECE CURSOS E OFICINAS DE PÁSCOA

O ano começou e as oportunidades para empreender já estão à vista. Um dos feriados mais doces, para a boca e para o bolso, é a Páscoa - que garante uma renda extra para quem escolhe produzir ovos, bombons e outras sobremesas. O Senac está com inscrições abertas em várias unidades do País para oficinas e cursos de ovos de Páscoa, que ensinam desde a produção até a venda do produto.

Na Bahia, cidades como Salvador, Amargosa, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana já oferecem os cursos Ovos de Páscoa Gourmet, Workshop de Bombons e Ovos de Páscoa e Elaboração de Páscoa.

No Ceará, o Senac ensina a diferença na qualidade e no preparo dos diferentes chocolates disponíveis no mercado, além de ingredientes e técnicas para obter bons resultados. Há turmas com inscrições abertas nas unidades do Centro, em Fortaleza, e de Sobral.

No Espírito Santo, o Senac aposta na valorização de produtos diferenciados ao oferecer o curso Ovos de Páscoa Artesanais, nas unidades Vitória, Serra e Santa Tereza.

Confira a programação nos sites dos Departamentos Regionais do Senac.

As aulas têm início em fevereiro e março.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País terá reforma "possível", não a "ideal"



Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo

A **reforma tributária** sobre consumo, tratada como "bala de prata" num governo de caráter não reformista, deve enfrentar dificuldades para ser concretizada no primeiro semestre, corre o risco de concorrer com a reforma no Imposto de Renda e se arrastar, com detalhes importantes a serem definidos depois da votação de uma Proposta de Emenda Constituição (PEC). Mesmo que aprovada em um Congresso em que o governo Lula não tem base tão ampla, a reforma tende a ser um passo na direção certa, mas longe de uma mudança ideal, o que coloca em jogo seu impacto no aumento de produtividade, condição considerada essencial para o crescimento sustentado da economia.

Essas foram algumas das conclusões de debate sobre as reformas econômicas necessárias para o crescimento do país entre pesquisadores da Fundação Dom Cabral (FDC) e o Valor.

Em uma análise do cenário atual do país, Carlos Braga, professor associado da FDC, destaca que há um "senso de alívio significativo das organizações internacionais em relação ao governo Lula 3, particularmente com relação à questão do meio ambiente, ao tratamento de povos indígenas e à diminuição da guerra de cultura que caracterizou o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro".

No âmbito da economia, porém, diz, há tendência de piora na percepção de risco pelo mercado. Além da preocupação com a **inflação**, Braga destaca o "risco fiscal", dado o alto grau de endividamento do país, com a dívida bruta perto de 90% do **PIB** e os efeitos do "ruído político" em relação ao Banco Central.

Embora tenda a ficar distante da ideal, a aprovação de uma **reforma tributária**, mencionada como "única bala de prata" pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, certamente deve ser bem avaliada pelo mercado, diz Braga. "Mas seu efeito sobre expectativas negativas que começam a aparecer dependerá de como os atores políticos, a sociedade e

o mercado vão reagir nos próximos meses a outras variáveis. Não há, na verdade, bala de prata", afirma.

Paulo Paiva, professor associado da fundação na área de gestão pública, destaca que os dois grandes desafios do país neste momento são, no ambiente macroeconômico, controlar a dívida pública e melhorar o equilíbrio orçamentário. Já em um contexto microeconômico, que beneficiaria as receitas, o desafio é tornar o sistema tributário mais eficiente e, com isso, contribuir para o aumento da produtividade. Se o Brasil não enfrentar esses dois desafios, o país tende a ter "crescimento medíocre" nos próximos anos, diz Paiva.

Mesmo mais "madura", como dizem autoridades do governo, a **reforma tributária** sobre consumo deve enfrentar dificuldades, apontam os dois professores.

Para Paiva, a reforma será a "possível, não a ideal". A ideia de manter a carga neutra, diz, deve trazer perdas e ganhos do lado das empresas, o que dificulta o debate.

"Há questões extremamente complexas em termos políticos, como o tratamento da Zona Franca de Manaus e a questão do setor de serviços", diz Braga. "Vamos ter uma **reforma tributária**, mas não será algo que vai resolver todos os problemas. Assim como a reforma da Previdência, que foi um passo na direção correta e resolveu alguns problemas, mas manteve um desequilíbrio que será uma questão futura em termos macroeconômicos."

Bruno Carazza, também professor associado da Fundação Dom Cabral, avalia que a discussão sobre uma reforma na tributação do consumo será dura também com Estados e municípios. "Não dou como fácil a discussão federativa, não acho que está tudo certo, que é só fazer uma transição suave. Houve uma mudança no perfil dos governadores e há muitos bolsonaristas, que não estarão dispostos a amaciar para o governo. E tem um foco de resistência nos municípios. Não é uma discussão fácil, que vai se encerrar em seis meses."

Para ele, há "excesso de otimismo" por parte do governo ao falar nesses prazos. "O governo está no papel dele de falar que vai aprovar, mas falta realismo. E tem um risco adicional, que pode ser um grande complicador, de o governo querer incluir tributação sobre a renda junto nesse balaio. Se começar a incluir tributação sobre lucros e dividendos nessa discussão,

aí é que o caldo engrossa mesmo, porque mexe com muitos interesses e os pontos de veto acabam se multiplicando entre vários setores, envolve uma dita classe média de profissionais liberais."

Paiva avalia que a agenda do governo ainda não é clara em relação ao fatiamento da reforma. "Há anúncios conflitantes. Falar de uma **reforma tributária** sobre consumo no primeiro semestre e outra sobre renda e patrimônio no segundo é uma adequação do tema à visão econômica que o governo do PT pretende implantar. A parte da reforma da tributação sobre renda e patrimônio é uma agenda do PT de longo tempo."

Já a escolha da **reforma tributária** sobre consumo para o primeiro momento, diz Paiva, não parece ter, necessariamente, uma motivação na melhora do ambiente de negócios - ainda que ela tenha esse impacto -, mas sim no fato de a discussão já estar mais avançada. Outro desafio, diz, é que os efeitos de uma **reforma tributária** sobre consumo não são percebidos diretamente pela população, o que dificulta a sua assimilação.

O debate sobre a alteração do sistema tributário, ressalta Carazza, está no contexto de um governo que tende a ser pouco reformista. "Não é um governo que quer comprar brigas no Congresso, porque Lula tem essa dimensão de que ele elegeu uma base pequena, com cerca de 250 a 270 deputados na Câmara, com otimismo, considerando a coligação original e o PDT, também parte dos parlamentares de União Brasil, PSD e MDB. Isso está longe de ser suficiente para se aprovar uma PEC com tranquilidade. Ele vai ter que negociar."

A base anti-lulista, aponta, "não é desprezível e chega a 130 ou 140 deputados que não devem entrar na base do governo e vão apresentar dificuldade", calcula. Por isso, diz Carazza, o governo Lula não tem agenda ambiciosa, em razão dessas limitações pelo perfil mais conservador do Congresso eleito. "É nessa linha que vejo o governo Lula 3: pouco reformista, usando as ferramentas internas que têm [como os bancos públicos, notadamente o BNDES, e a Petrobras], e pouco disposto a comprar brigas no Congresso porque o governo tem uma base limitada", resume.

Carazza lembra ainda que a última versão da PEC 110/19 joga as grandes brigas e discussões da **reforma tributária** para lei complementar, que deve regular, entre outros temas, setores com regimes especiais e alíquotas diferenciadas. "Isso empurra a discussão para frente, prolonga o debate." Bernard Appy, secretário especial de **Reforma Tributária**, vem indicando que a expectativa do governo é que a

discussão da mudança na tributação sobre consumo seja feita com base nas PECs 45/19 e PEC 110/19.

A estratégia de deixar temas para lei complementar traz um dilema entre o mundo ideal e o real, diz Carazza. Numa questão complexa como uma **reforma tributária**, diz, não faz sentido ter todas as regras detalhadas na Constituição. No mundo ideal, portanto, alguns aspectos deveriam ser definidos via lei complementar, que tem mais flexibilidade, explica. "O risco é que, jogando para lei complementar, os ganhos da reforma ao longo do tempo sejam desfeitos por jabutis e votações que ficam mais suscetíveis a lobbies, capturas e desvirtuamentos."

Em um cenário para além da reforma, Carazza recebe que o governo atual perca oportunidades. "Vemos recomposição do cenário internacional, com grandes empresas buscando menor dependência da China. É um cenário positivo para a economia brasileira, para atrair investimentos estrangeiros. Tem toda a questão ambiental e da transição energética. São ativos muito positivos e poderosos que a economia brasileira tem."

O Brasil, segundo ele, poderia estar bem posicionado para colher os frutos dessa situação. "O risco é perdermos essa oportunidade mais uma vez por falta de ambição de reformas ou por discussões que já achávamos que estavam superadas e estão ressurgindo, como a própria questão da independência do Banco Central e das metas de **inflação**."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187474?page=12§ion=1>

Reestruturação de dívidas pode superar R\$ 260 bilhões

Após a escalada da crise do dia 11 de janeiro, quando o caso da rede Americanas veio à tona, com um rombo contábil da ordem de R\$ 20 bilhões, empresas especializadas em reestruturação viram a demanda por renegociações de dívidas e "turnaround" em companhias crescer nas últimas semanas. O cenário preocupa, embora ainda não se tenha identificado uma crise de crédito generalizada.

Levantamento da Virtus BR, feito a pedido do Valor, mostra que, entre este ano e o início de 2024, grupos de diversos setores devem renegociar ao menos R\$ 260 bilhões em dívidas. O número pode chegar a R\$ 700 bilhões em operações que precisam ser equacionadas, de acordo com a Starboard, gestora que compra ativos em crise, quando se pega um espectro maior de grupos em dificuldade.

O momento atual de reestruturação só não é mais grave que o da crise de 2015 e 2016. Naquela ocasião, a atividade econômica fraca e o colapso das grandes empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato colocaram o Brasil na maior recessão de sua história e muitas empresas foram à lona. Quase R\$ 500 bilhões em dívidas precisaram ser arroladas e diversos ativos tiveram de ser vendidos em meio às reestruturações.

Com a alta dos juros e a **inflação**, nos últimos meses muitas companhias começaram a buscar soluções para seu endividamento, sobretudo de curto prazo, e estão sentindo que a torneira de crédito secou. Os bancos estão menos flexíveis nas mesas de negociações desde que o caso da Americanas ganhou escala.

Diferentemente do que acontece no crédito a pessoa física, que tem taxas são prefixadas, as operações com pessoa jurídica costumam ser atreladas ao CDI ou ao IP-CA. Por isso, ficaram mais caras de 2021 para cá. Ao mesmo tempo, a perspectiva de corte da Selic tornou-se mais distante em meio a dúvidas sobre o tratamento da questão fiscal pelo novo governo.

Apenas nas primeiras semanas do ano, além do midiático caso da varejista, que renegocia uma dívida de mais de R\$ 40 bilhões, a Oi caminha para um segundo pedido de recuperação judicial. Azul e Gol renegociam vencimentos, enquanto Lighi, Marisa e CVC, contrataram assessores financeiros para

encabeçar tratativas com os credores. Esse conjunto de dívidas supera R\$ 90 bilhões. No entanto, os números não param por aí e outras companhias já batem na porta de reestruturadores.

Apesar dos números grandiosos, especialistas não veem a crise como algo generalizado. Até agora são casos pontuais, muito deles de empresas que já apresentavam dificuldades. Além disso, o caso da Americanas, que não tem relação com a conjuntura econômica, ajuda a inflar o volume que precisará ser reestudado. "Na nossa visão é um caso isolado, que não tem efeito de contágio, t. um caso isolado de fraude" disse o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, em teleconferência recente, quando comentou os resultados anuais da instituição financeira.

No levantamento, a Virtus BR usou os casos públicos, mas também fez uma projeção com uma base de dados própria para detectar as empresas muito alavancadas -ou seja, aquelas que têm uma razão entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) de pelo menos 3,5 vezes. Esse patamar é uma referência nos contratos de dívida e pode acionar os chamados "covenants" (gatilho que pode antecipar o vencimento de dívidas).

As contas da assessoria financeira também consideram uma gama de empresas de capital fechado. O número contempla, ainda, companhias cujo caixa é menor do que os vencimentos nos próximos 12 meses.

Apesar dos números grandiosos, especialistas não veem a crise como algo generalizado

O número chama atenção e deixa em evidência um momento delicado para as companhias brasileiras, afirma o sócio da Virtus BR, Douglas Bassi. A situação, segundo ele, é agravada pela alta taxa de juros no país, que vem corroendo a geração de caixa das empresas. Um indicador preocupante, de acordo com o executivo, foi identificado já no ano passado entre as varejistas. Entre essas empresas, o gasto com o serviço da dívida dobrou em 2022 em relação ao ano anterior.

"Mas isso não tem ocorrido apenas com as empresas

do varejo. Vemos até empresa de geração de energia, que teoricamente tem uma previsibilidade maior, com dificuldade diante do aumento do custo", diz Bassi.

Com os bancos mais seletivos na hora do desembolso de crédito, situação agravada após a eclosão da crise da Americanas, a estratégia tem sido olhar para mecanismos alternativos de crédito na busca de soluções para organizar a vida financeira das empresas, conta. "O humor dos credores mudou."

Na gestora Starboard, especializada em investimento em empresas endividadas, o retrato é ainda mais grave: o cálculo é que há cerca de R\$ 700 bilhões em dívidas corporativas que precisarão passar por uma reestruturação.

O sócio da gestora, Warlcy 11-mcmtcl, diz que no fim de 2018 já havia identificado que uma série de companhias que teriam dificuldade de manter suas estruturas de dívida. Porém, a liquidez injetada no mercado ao longo da pandemia e o que o executivo chamou de "standstill artificial" para os vencimentos - com as prorrogações de prazos oferecidas pelos bancos - postergaram a necessidade das empresas de se debruçar sobre o problema. "Hoje, 60% das empresas listadas não geram caixa para os juros da dívida", afirma.

Agora, dado o enorme volume de empréstimos que passará por renegociação, o executivo da Starboard avalia que apenas injeção de dinheiro novo nas empresas não resolverá o problema. Para ele, será necessária uma combinação entre conversão de dívida em ações, desconto no valor dos compromissos (chamado no mercado de "haircut") e um alongamento real dos vencimentos.

"As empresas nos últimos anos se endividaram em um momento de juro mais baixo, apostaram no crescimento. Mas o que aconteceu foi o contrário do previsto, não houve crescimento do **PIB** e os juros subiram", diz Pimcmtel.

Luiz Galeazzi, sócio da Galeazzi Associados, diz que há um grupo

de boas companhias que precisam arrumar a casa e que já estão se antecipando à crise que se avizinha nos próximos meses. Nesse conjunto, também estão startups que receberam injeções de capital e que estão "colocando as barbas de molho" - os investidores voltados a esse perfil de negócios estão mais seletivos e há uma cobrança maior por resultados.

O grande problema é que muitas empresas em dificuldades, quando batem na porta das consultorias

pedindo ajuda, chegam com a situação da empresa praticamente irreversível. "Já não temos como pegar o caso", afirma Galeazzi. "Enfrentamos aqui um outro tipo de crise, que é a negação do empresário. Eles demoraram para pedir ajuda."

A consultoria oferece dois tipos de prestação de serviços às empresas: "tu rnaround" (melhoria de performance) e gestão de crise para reestruturação dos negócios. De acordo com Galeazzi, várias empresas começaram a se dar conta das dificuldades no último trimestre do ano passado. "A cereja do bolo, com tudo, foi o caso das Americanas. O que ficou muito em evidência nesse caso especificamente é a credibilidade."

Um representante de grande escritório de advocacia afirma ao Valor que tem sentido um aumento na demanda para reestruturação e já foram consultados por uma série de agentes de mercado sobre o cenário em geral. A área jurídica também tem sido demandada e, segundo fontes, o telefone não tem parado de tocar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230222/>

Brasil se prepara para presidir o G20

Fabrice COFFRINI/AFP



Fernando Haddad pretende fomentar diálogo em temas como democracia, meio ambiente e justiça social

Rafaela Gonçalves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, chegam nesta quinta-feira a Bangalore, na Índia, onde participam da 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais dos países do G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia. O Brasil assumirá a presidência do grupo em 2024, e o encontro desta semana deve guiar quais mensagens o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai levar para as maiores potências globais.

Antes da viagem, Haddad afirmou que a agenda no país asiático deve "preparar o terreno" para que o país reassuma seu protagonismo. "Nossa economia ficou muito isolada, e o mundo está celebrando o fato de que o Brasil voltou à mesa de negociações em busca de democracia, paz, combate à fome e prosperidade com justiça social", disse a jornalistas, na última sexta-feira.

O primeiro compromisso oficial é o jantar de recepção das autoridades na noite de hoje. Amanhã pela manhã, acontecem os dois principais eventos multilaterais do G20 e, à tarde, Haddad se dedica às reuniões bilaterais. A previsão é que o ministro retorne ao Brasil no sábado. Já o presidente do BC realizará uma palestra em um dos simpósios do evento, sobre infraestrutura pública digital.

De acordo com a Fazenda, a transição para uma economia verde, com sustentabilidade socioambiental, deve ser bastante discutida nas reuniões bilaterais de Haddad. Já estão confirmadas reuniões do ministro com o comissário da União Europeia (UE) para Economia, Paolo Gentiloni; com o ministro das Finanças da África do Sul, Enoch Godongwana; e com a terceira vice-presidente e ministra de Assuntos

Econômicos da Espanha, Nadia Calviño.

Segundo o economista César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB) e sócio-diretor da OpenInvest, o Brasil vive um momento especial no que se refere à sua participação. "A maioria dos países desse bloco enfrenta sérios problemas sociais e geopolíticos. Guerras, desastres naturais, escassez de energia, greves, inflação. Embora não esteja imune a esses problemas, o Brasil surge como sério candidato a apresentar soluções para a maioria desses problemas", afirmou.

Para o economista, esse cenário soma-se ao clima favorável em razão da posse do novo governo, que tem apresentado uma narrativa que agrada às grandes potências e é mais amigável aos emergentes. "Bandeiras como preservação do meio ambiente, energia limpa e produção de alimentos colocam o Brasil em destaque no G20 e abrem grandes oportunidades futuras para fortalecimento da reputação e das relações econômicas globais", acrescentou.

Protagonismo

O encontro ocorre no momento em que o retorno do Brasil ao cenário mundial é saudado por diversos atores e lideranças mundiais, depois de quatro anos de isolamento, no período do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Historicamente, o Brasil sempre foi uma liderança de negociações dos países em desenvolvimento. Por uma falta de decoro e traquejo do ex-presidente, o país acabou isolado da União Europeia e do próprio Mercosul, se unindo às piores figuras que havia no cenário internacional", observou Felipe Queiroz, especialista em macroeconomia e economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas).

De acordo com Queiroz, a volta de Lula à presidência também marca a retomada nas negociações. "O último governo tratou o cuidado com o meio ambiente como algo secundário, e esta é uma questão global muito importante e priorizada pelos países. Como efeito desse descaso, tivemos recordes de desmatamento, queimadas na Amazônia, a completa degradação e barbárie do meio ambiente", destacou.

Neste sentido, o novo governo retoma a posição de liderança e pleiteia o ambiente para assumir a presidência do grupo. "Inegavelmente, um discurso alinhado trará também a volta de investimentos, tanto

em infraestrutura quanto saúde, educação e pesquisa. Tudo isso atrai o olhar do mercado internacional, dos investidores e das demais nações ao cenário brasileiro", acrescentou o economista.

Agenda

Diferentemente de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, o G20 não tem pessoal permanente. A presidência do grupo é anual e rotativa entre os membros, sendo o país presidente incumbido de estabelecer um secretariado provisório durante sua gestão.

Ao chegar ao comando do grupo em 2024, o Brasil passará a ter o poder de organizar reuniões ministeriais envolvendo temas como macroeconomia, meio ambiente, agricultura, comércio exterior, investimentos, industrialização, energia ou saúde. A presidência tem poder de criar agendas, logo, o governo deve definir quais os temas relevantes como eixo central, e se preparar com estudos para ser capaz de liderar as discussões e propor soluções para a ação coletiva.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, durante o encontro desta semana o Brasil deve assumir ao menos três bandeiras: cuidado com o meio ambiente, neutralidade em relação à guerra entre Rússia e Ucrânia, e a agenda de investimentos em educação, saúde e, especialmente, no combate à extrema pobreza. O fortalecimento do multilateralismo, em meio a incertezas econômicas, o reforço de financiamento de bancos de desenvolvimento e vários outros temas ainda podem ser incluídos na agenda.

Harmonia com o BC

Esta será a primeira agenda de Haddad e Campos Neto juntos após almoço do Conselho Monetário Nacional (CMN), na semana passada, em que "selaram as pazes" na relação entre governo federal e Banco Central. Após a tensão provocada por discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a taxa básica de juros do país, o presidente diminuiu o tom das críticas em entrevistas recentes, mas a pressão para a redução da Selic deve continuar.

"É importante demonstrar harmonia entre a equipe econômica. Divergências dentro do governo podem ser bastante prejudiciais. O próprio ministro falou que essa crise não passava de ruídos, e que não havia com o que se preocupar. Então, acho que essa agenda consolida esse discurso", destacou o sócio-diretor da OpenInvest.

"Historicamente, o Brasil sempre foi uma liderança de

negociações dos países em desenvolvimento.

Por uma falta de decoro e traquejo do ex-presidente, o país acabou isolado Felipe Queiroz, economistachefe da Apas

"Bandeiras como preservação do meio ambiente, energia limpa e produção de alimentos colocam o Brasil em destaque no G20 e abrem grandes oportunidades futuras para fortalecimento da reputação e das relações econômicas globais" César Bergo, professor da UnB e sócio-diretor da OpenInvest

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/23/all.pdf>

Bolsa cai 1,85% na volta do feriado sob temor com os juros nos EUA

Ana Paula Branco e Renato Carvalho

A Bolsa fechou em baixa nesta quarta-feira (22), na volta do feriado de Carnaval, enquanto o dólar ficou mais próximo da estabilidade. Houve uma piora no humor dos investidores após a divulgação da ata da mais recente reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que aponta um cenário de juros altos por mais tempo.

O Ibovespa fechou o dia em baixa de 1,85%, a 107.152 pontos, pior pata mar desde o dia 04 de janeiro. Na mínima do dia, o índice chegou a ficar abaixo dos 107 mil pontos.

O dólar subiu 0,07%, a R\$ 5,166. A moeda chegou a atingir R\$ 5,21 durante o pregão, que teve início às 13h.

No mercado de juros, a ata do Fed intensificou o movimento de alta. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, as taxas subiram de 13,24% do fechamento da última sexta-feira (17) para 13,39% ao ano. Para janeiro de 2025, os juros avançaram de 12,52% para 12,66% ao ano. Para janeiro de 2027, a taxa variou de 12,83% para 12,93%.

A ata do comitê que decide sobre os juros nos EUA mostra que o Fed vai manter uma política mais dura "até os dados passarem maior confiança de que a **inflação** esteja numa trajetória consistente em direção à meta de 2% ao ano". A grande maioria dos membros do comitê foi favorável a uma alta de 0,25 ponto percentual na reunião mais recente, mas alguns apoiaram um aumento de 0,50 ponto. Hoje, a taxa de juros nos EUA está no intervalo entre 4,50% e 4,75%.

Para Ricardo Brasil, fundador da Gava Investimentos, tudo indica que os juros nos EUA vão subir um patamar acima do que era esperado. "Na minha visão, o Fed pode chegar a taxa de 6% no fim do ano." O mercado de trabalho aquecido é um dos principais fatores que levam o Fed a tomar essa postura cautelosa, afirma Enrico Cozzolino sócio e head de análise da Levante Investimentos.

No início do mês, foram divulgados os dados de emprego nos EUA, com criação de vagas acima do esperado e desemprego no menor patamar em décadas.

"O Fed parece não querer cometer erros já cometidos por outros bancos centrais, de evitar novas altas ou até cortar juros antes da hora. A discussão agora é se a taxa vai subir para um patamar acima de 5%", afirma Cozzolino.

Guilherme Zanin, analista da Avenue, diz que o desempenho da economia americana é outro dado que reforça a política de alta de juros pelo Fed.

"A atividade está mais no caminho de uma desaceleração suave que de uma recessão. Poderia ser uma notícia boa, mas leva a uma preocupação adicional com a **inflação**." Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management, afirma que a alta dos juros pode ter um efeito colateral importante nos EUA. "O período prolongado de alta dos juros pode elevar nível de dívida do país. E as altas têm sido agressivas, podendo provocar impactos importantes na atividade econômica." Na Bolsa, o desempenho dos índices de ações em Nova York na terça (21) levou a um ajuste no mercado brasileiro. "Lá, houve um movimento de correção em razão, principalmente, das expectativas de mercado com relação a juros nos EUA", afirma Paulo Luives da Valor Investimentos.

O clima de maior aversão a risco afeta também as commodities. O petróleo do tipo Brent recuava mais de 3% perto das 18h13. Assim, as ações da Petrobras caíram mais de 2%.

"Tudo isso pela percepção de que os juros vão permanecer altos nos EUA por mais tempo, o que deve frear a economia e a demanda global por commodities", diz Dennis Esteves, especialista em renda variável da Blue3 Investimentos.

Os principais índices americanos operavam próximos da estabilidade antes da divulgação da ata do Fed e passaram a cair minutos depois.

O Dow Jones fechou em baixa de 0,26%. O S P 500 caiu 0,16%, e o Nasdaq subiu 0,13%.

Mercado

VOLTA A ELEVAR EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL

Segundo a pesquisa Focus, economistas esperam agora que o IPCA suba 5,89% em 2023, ante índice de 5,79% estimado na semana anterior. Essa foi a décima elevação consecutiva dos prognósticos de **inflação** do Brasil para este ano, que veio após recentes pressões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliados por um aumento da meta oficial de **inflação** a ser perseguida pelo BC. Para 2024, também houve ligeiro aumento nas expectativas para o ritmo de alta dos preços, a 4,02%, ante 4% na pesquisa anterior.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Mercado prevê inflação maior neste ano e em 2024

THAÍS BARCELLOS

Mesmo com uma certa trégua nos ataques diretos ao Banco Central (BC) e no debate sobre revisão de meta de **inflação**, as expectativas inflacionárias para este e o próximo ano continuaram a subir e a se desviar das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme o Boletim Focus divulgado ontem.

A projeção para o IPCA - índice oficial de **inflação** - deste ano subiu de 5,79% para 5,89%. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à **inflação** do BC, a projeção também avançou, de 4% para 4,02%.

A mediana na pesquisa para a **inflação** oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do BC, após 2021 e 2022.

JUROS. A mediana para a taxa Selic no fim de 2023 continuou em 12,75% ao ano, enquanto para o término de 2024 se manteve em 10%.

No Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** no cenário de referência com estimativas de 5,6%, em 2023, e 3,4% para 2024. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>